

FELIPE PEIXOTO BRAGA NETTO  
MICHAEL CÉSAR SILVA  
VINÍCIUS LOTT THIBAU

Coordenadores

# O DIREITO PRIVADO E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

REPERCUSSÕES, DIÁLOGOS E TENDÊNCIAS



## Coordenadores

Felipe Peixoto Braga Netto  
Michael César Silva  
Vinícius Lott Thibau

# O DIREITO PRIVADO E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

## Repercussões, Diálogos e Tendências

Área específica  
Direito Civil

A abertura do sistema jurídico – sem desconhecer a relevância das regras jurídicas – acolhe generosamente os princípios, dotando-os de força vinculante. As ferramentas, conceituais e normativas, das quais o intérprete dispõe, neste século, autorizam a construção de horizontes de sentido que protejam mais amplamente o ser humano, à luz dos preceitos consagrados na Constituição da República. Aliás, a revitalização que o direito privado experimenta se conecta com essa abertura. O direito privado dialoga não só com outras fontes normativas, mas também redefine suas respostas normativas a partir de (significativas) mudanças teóricas. Nossos passos, nessa medida, não são dados apenas pelas normas jurídicas, mas também por novos modos de percepção, democraticamente construídos.

Nessa linha de inteligência, o projeto normativo constitucional permeado pela dignidade da pessoa humana, solidariedade, igualdade, dialogicidade e fiscalidade impõe a transformação dos conteúdos normativos do sistema jurídico para coadunar com o processo de reconstrução dos paradigmas do direito privado e do direito processual no contexto do Estado Democrático de Direito.

## Áreas afins

Direito Civil; Consumidor e Empresarial; Processual Civil, Direito Privado, Direito Processual Civil

## Público-alvo/consumidores

Discentes, docentes, comunidade jurídica como um todo

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001326

D597 O Direito Privado e o novo Código de Processo Civil: repercussões, diálogos e tendências/ Felipe Peixoto Braga Netto, Michael César Silva, Vinícius Lott Thibau (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2018.

441 p.

ISBN: 978-85-450-0456-1

1. Direito Privado. 2. Direito Civil. 3. Código de Processo Civil. I. Braga Netto, Felipe Peixoto. II. Silva, Michael César. III. Thibau, Vinícius Lott. IV. Título.

CDD 342.1

CDU 347.1

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BRAGA NETTO, Felipe Peixoto; SILVA, Michael César; THIBAU, Vinícius Lott (Coord.). *O Direito Privado e o novo Código de Processo Civil: repercussões, diálogos e tendências*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 441 p. ISBN 978-85-450-0456-1.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
PARTE I	
O DIREITO CIVIL E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ...	17
CAPÍTULO 1	
O NOVO PERFIL DA CURATELA: INTERSEÇÕES ENTRE A LBI E O CPC	
<b>Nelson Rosendal</b> .....	19
1.1 Flexibilização da curatela.....	19
1.1.1 O binômio capacidade negocial e capacidade de consentir .....	20
1.2 A teoria dos intervalos lúcidos e o termo legal de incapacidade..	27
1.3 O fim da curatela extensiva .....	29
1.4 A curatela transitória e as revisões periódicas.....	30
1.5 Curatela conjunta.....	34
1.5.1 Curatela conjunta compartilhada .....	35
1.5.2 Curatela conjunta fracionada .....	36
1.6 A humanização da curatela no CPC/15 .....	38
1.6.1 Curador-cuidador .....	38
1.6.2 Personalização da curatela.....	41
1.7 Conclusão .....	43
Referências .....	43
CAPÍTULO 2	
A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O RECONHECIMENTO DA POSSIBILIDADE DAS DIRETIVAS ANTECIPADAS COMO EXERCÍCIO DA SUA AUTONOMIA PRIVADA	
<b>Cristiano Chaves de Farias, Melissa Ourives Veiga</b> .....	45
2.1 A importância das diretivas antecipadas como mecanismo de efetivação da autodeterminação da pessoa humana .....	45
2.2 Nova teoria das incapacidades: a inclusão da pessoa com deficiência como sujeito de direito em igualdade de condições com as pessoas sem deficiência e a liberdade de declarar as diretivas antecipadas.....	50

2.3	A pessoa com deficiência enquadrada no conceito de incapacidade, a estrita abrangência da curatela e a possibilidade de prática de atos existenciais, inclusive as diretivas antecipadas	53
2.4	Possibilidade de diretivas antecipadas de vontade por pessoas com deficiência sob o regime de curatela	56
	Referências	59

### CAPÍTULO 3

#### DA (IM)POSSIBILIDADE DE CELEBRAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL PELA PESSOA COM DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA

	<b>Bruno Oliveira de Paula Batista, Marcos Ehrhardt Jr.</b>	61
3.1	Introdução	61
3.2	O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a tomada de decisão apoiada	62
3.2.1	A tomada de decisão apoiada e a autonomia da pessoa com deficiência	67
3.3	Negócio jurídico processual	70
3.3.1	Delimitação do conceito de negócio jurídico processual	73
3.4	Possibilidade de realização do negócio jurídico processual por meio da tomada de decisão apoiada	76
3.4.1	Esclarecimentos sobre a capacidade processual	76
3.4.2	Negócio jurídico processual por meio da tomada de decisão apoiada	78
3.4.3	Alguns limites ao negócio processual praticado por meio da tomada de decisão apoiada	80
3.5	Considerações finais	83
	Referências	84

### CAPÍTULO 4

#### NULIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS E CONHECIMENTO DE OFÍCIO PELO JUIZ: ENTRE O CÓDIGO CIVIL E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 13.105/2015)

	<b>Paulo Nalin, Renata C. Steiner</b>	87
4.1	Apresentação do problema: a validade	87
4.2	Características próprias das nulidades	89
4.3	O caráter absoluto da nulidade e as exceções à sua decretação	92
4.4	Conhecimento da nulidade de ofício e oitiva das partes: art. 168, parágrafo único, do Código Civil <i>versus</i> art. 10 do novo Código de Processo Civil	95
4.4.1	Decretação de nulidade e direito de participação no processo	97
4.4.2	Decretação de nulidade e princípio da conservação dos pactos	99
4.4.3	Da validade à eficácia: tendências de direito material e processual	101
4.5	Notas conclusivas	102
	Referências	103

### CAPÍTULO 5

#### SISTEMA DE PROVA DO FATO JURÍDICO À LUZ DOS CÓDIGOS CIVIL E DE PROCESSO CIVIL

	<b>Guilherme Calmon Nogueira da Gama</b>	105
5.1	Noções gerais	105
5.2	Prova: conceito, princípios e espécies	108
5.3	Modalidades de prova	112
5.3.1	Confissão	113
5.3.2	Prova documental	115
5.3.3	Prova testemunhal	122
5.3.4	Prova pericial	126
5.4	Presunção	131
5.5	Nota conclusiva	133
	Referências	134

### CAPÍTULO 6

#### TUTELA CONTRA O ILÍCITO: EM BUSCA DE CONTORNOS CONCEITUAIS

	<b>Felipe Peixoto Braga Netto, Karine Cysne Frota Adjafre</b>	137
6.1	Introdução: contextualização e precisões conceituais	137
6.2	Ilícito civil é sinônimo de responsabilidade civil?	140

6.2.1	Uma categoria com eficácia única?.....	140
6.2.2	Críticas à concepção da eficácia única .....	141
6.2.3	Convivendo com as outras eficácias .....	143
6.2.3.1	Ilícito indenizante .....	144
6.2.3.2	Ilícito caducificante .....	144
6.2.3.3	Ilícito autorizante .....	145
6.2.3.4	Ilícito invalidante .....	147
6.3	Abuso de direito ou ilícito funcional .....	148
6.3.1	O ilícito funcional como uma cláusula geral.....	151
6.4	Tutela contra o ilícito no novo Código de Processo Civil .....	152
6.4.1	Noções preliminares .....	152
6.4.2	Tutela genérica × tutela específica .....	155
6.4.3	Tutela preventiva × tutela repressiva .....	157
6.4.4	Tutela inibitória, de remoção do ilícito e ressarcitória.....	160
6.5	Considerações finais – tutela contra o ilícito e prescindibilidade de discussão judicial sobre dano .....	163
	Referências .....	166

## CAPÍTULO 7

### TUTELA PROVISÓRIA E A LIMINAR POSSESSÓRIA

<b>Marcelo de Oliveira Milagres</b> .....	169	
7.1	Introdução.....	169
7.2	Tutela provisória: disposições gerais .....	171
7.3	Tutela de urgência.....	172
7.3.1	Tutela de urgência antecipada antecedente .....	172
7.3.2	Tutela de urgência cautelar antecedente .....	174
7.4	Tutela de evidência .....	175
7.5	Tutela liminar possessória .....	176
7.6	Conclusão .....	178
	Referências .....	178

## CAPÍTULO 8

### REPETIÇÃO DE PAGAMENTO INDEVIDO. CONDENAÇÃO JUDICIAL. EXCEÇÃO DE PRESCRIÇÃO (NCPC, ART. 525, §1º, VII)

<b>Humberto Theodoro Júnior</b> .....	179	
8.1	Introdução.....	179
8.2	Abolição dos embargos à execução do título judicial.....	179
8.3	Natureza jurídica da impugnação.....	181
8.4	Defesa de mérito .....	183
8.5	A prescrição é basicamente um fenômeno do direito material....	183
8.6	Prescrição da pretensão condenatória e da pretensão executiva..	186
8.7	Um caso particular de prescrição e decadência: a sentença da ação de repetição do pagamento indevido .....	187
8.8	Visão pretoriana moderna do enriquecimento sem causa.....	189
8.9	Observações conclusivas.....	191
	Referências .....	192

## CAPÍTULO 9

### ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA COMO DIREITO DO NECESSITADO, E NÃO COMO FAVOR DO ESTADO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

<b>Mariza Rios, Newton Teixeira Carvalho</b> .....	193	
9.1	Introdução.....	193
9.2	Considerações sobre Estado e democracia .....	195
9.3	O princípio da gratuidade de justiça na jurisprudência até o advento do Código de Processo Civil de 2015 .....	198
9.3.1	O papel da Defensoria Pública na efetividade do direito ao acesso à justiça .....	199
9.4	O princípio da gratuidade de justiça no atual Código de Processo Civil .....	200
9.4.1	Decisão judicial .....	201
9.5	A dificuldade no deferimento da assistência judiciária por alguns juízes do Estado de Minas Gerais .....	204
9.5.1	A jurisprudência e a realidade prática .....	206
9.6	Alguns argumentos inválidos para o indeferimento da assistência judiciária .....	207
9.7	Conclusão.....	209
	Referências .....	211

CAPÍTULO 10	
PROVA TESTEMUNHAL E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: A BUSCA AO RESPEITO DA INEXISTÊNCIA DE HIERARQUIA ENTRE AS PROVAS	
<b>Renato Campos Andrade</b> .....	213
10.1 Introdução .....	213
10.2 Implicações probatórias no direito civil e processual civil .....	214
10.3 Ônus da prova: importância e implicações jurídicas .....	218
10.4 Prova testemunhal e Estado Democrático de Direito .....	220
10.5 Alterações causadas pelo Código de Processo Civil e possíveis efeitos .....	221
10.6 Considerações finais .....	225
Referências .....	226

CAPÍTULO 11	
CONTA-SE EM DIAS ÚTEIS OU DIAS CORRIDOS O PRAZO PARA PAGAMENTO NO CUMPRIMENTO DEFINITIVO DE SENTENÇA POR QUANTIA CERTA?	
<b>Marcos Boechat Lopes Filho</b> .....	229
11.1 Introdução .....	229
11.2 Normas processuais e normas materiais .....	230
11.3 Prazos processuais, prazos materiais e prazos mistos .....	233
11.4 Natureza do prazo para pagamento .....	236
11.5 Considerações finais .....	242
Referências .....	245

PARTE II	
O DIREITO DO CONSUMIDOR E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....	
	247

CAPÍTULO 1	
O DIÁLOGO ENTRE O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A SUBSTANCIAL AMPLIAÇÃO DO ÂMBITO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CONSUMIDOR EM JUÍZO	
<b>Claudia Lima Marques, Luis Alberto Reichelt</b> .....	249
1.1 Introdução .....	249
1.2 A formação de um sistema de caráter protetivo a partir da harmônica combinação entre o Código de Defesa do Consumidor e o novo Código de Processo Civil .....	250
1.3 As inovações trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015 e sua compatibilização com o regime instituído pelo Código de Defesa do Consumidor .....	253
1.4 O diálogo das fontes entre o novo Código de Processo Civil e o Código de Defesa do Consumidor e o incremento em termos de cidadania processual do consumidor .....	258
1.5 Reflexões finais .....	260
Referências .....	261

CAPÍTULO 2	
A DINÂMICA DE REDISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
<b>Bruno de Almeida Lewer Amorim, César Fiuza</b> .....	265
2.1 Introdução .....	265
2.2 Distribuição e redistribuição do ônus probatório no novo Código de Processo Civil .....	266
2.3 A redistribuição do ônus probatório antes do novo Código de Processo Civil .....	272
2.4 Inversão <i>ope judicis</i> do ônus da prova nas relações de consumo – principais controvérsias e soluções .....	275
2.5 Conclusão .....	285
Referências .....	286

CAPÍTULO 3  
OS IMPACTOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 NA  
DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL DO ÔNUS DE PROVAR RELATIVA  
AO DIREITO DO CONSUMIDOR

<b>André Cordeiro Leal, Vinícius Lott Thibau</b> .....	289
3.1 Introdução.....	289
3.2 Os requisitos legais autorizativos da distribuição judicial do ônus da prova no Código de Proteção e Defesa do Consumidor	291
3.2.1 A verossimilhança das alegações do consumidor e a imprestabilidade do raciocínio indutivo.....	291
3.2.2 A hipossuficiência do consumidor e a assimetria de informações.....	294
3.3 O CPC de 2015 e o debate dogmático-consumerista sobre o momento procedimental da distribuição <i>ope judicis</i> do ônus de provar.....	297
3.4 A controversa (ir)recorribilidade da decisão judicial sobre o ônus de provar.....	301
3.5 Conclusão.....	303
Referências.....	303

CAPÍTULO 4  
NEGOCIAÇÃO PROCESSUAL E AS RELAÇÕES DE  
CONSUMO: UMA ANÁLISE DO INSTITUTO À LUZ DA  
VULNERABILIDADE PRESUMIDA DO CONSUMIDOR

<b>Lucas Magalhães de Oliveira Carvalho, Michael César Silva, Samuel Vinícius da Silva</b> .....	307
4.1 Introdução.....	307
4.2 Negociações processuais típicas e atípicas.....	309
4.3 Contratos de adesão.....	316
4.4 A princiologia contratual e a negociações processuais em sede de relações de consumo: reflexos nos contratos coletivos e atuação do Ministério Público.....	320
4.5 Conclusão.....	326
Referências.....	329

CAPÍTULO 5  
REFLEXOS DA NOVA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL CIVIL  
NO DIREITO DO CONSUMIDOR: A AMPLIAÇÃO DOS  
MECANISMOS DE AMPARO

<b>Elcio Nacur Rezende, Gabriella de Castro Vieira</b> .....	333
5.1 Introdução.....	333
5.2 A jurisdição internacional e o foro do domicílio do consumidor	334
5.2.1 O foro do domicílio/residência do consumidor: um mecanismo de tutela da parte mais vulnerável.....	336
5.2.2 A jurisdição do domicílio/residência do consumidor: um instrumento processual de combate à abusividade.....	339
5.3 A atuação dos magistrados: o dever de cooperação na resolução dos conflitos.....	342
5.3.1 Poder diretivo do juiz.....	344
5.4 Considerações finais.....	348
Referências.....	349

PARTE III  
O DIREITO EMPRESARIAL E O NOVO CÓDIGO DE  
PROCESSO CIVIL..... 351

CAPÍTULO 1  
OS PROBLEMAS NA APLICAÇÃO DA TEORIA DA  
DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E AS  
PERSPECTIVAS DECORRENTES DA ENTRADA EM VIGOR  
DO CPC/2015

<b>Fernando Solá Soares, Giovani Ribeiro Rodrigues Alves, Marcia Carla Pereira Ribeiro</b> .....	353
1.1 Introdução.....	353

1.2	A personalidade jurídica e o princípio da autonomia patrimonial.....	354
1.3	A teoria da desconsideração da personalidade jurídica: distorções na sua aplicação.....	356
1.4	Devido processo legal, contraditório e ampla defesa na desconsideração da personalidade jurídica pelo NCPC .....	363
1.5	Conclusão.....	367
	Referências .....	368

## CAPÍTULO 2

### INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

	<b>Vinícius Jose Marques Gontijo</b> .....	371
2.1	Introdução.....	371
2.2	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica inversa .....	373
2.3	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	375
2.4	Conclusões .....	383
	Referências .....	384

## CAPÍTULO 3

### A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

	<b>Luciana de Castro Bastos, Rodrigo Almeida Magalhães</b> .....	387
3.1	Introdução.....	387
3.2	A evolução do direito de empresa.....	388
3.3	Personalização da empresa.....	390
3.4	A teoria clássica da desconsideração da personalidade jurídica ..	394
3.4.1	<i>Disregard doctrine</i> contemporânea.....	396
3.5	A aplicação da <i>disregard doctrine</i> no Código de Processo Civil de 2015 .....	398
3.6	Conclusão.....	407
	Referências .....	407

## CAPÍTULO 4

### NOVOS HORIZONTES DA DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADES

	<b>Pedro D'Angelo Ribeiro, Roberto Henrique Pôrto Nogueira</b> .....	411
4.1	Considerações iniciais .....	411
4.2	Dissolução parcial das sociedades antes do Código de Processo Civil de 2015, de acordo com o Código Civil de 2002 .....	413
4.3	Dissolução parcial: aspectos controversos anteriores ao Código de Processo Civil de 2015.....	415
4.3.1	Dos atos relativos à liquidação de sociedades na dissolução parcial .....	416
4.3.2	Possibilidade de dissolução parcial nas sociedades anônimas de capital fechado.....	417
4.3.3	Legitimidade passiva.....	418
4.3.4	Legitimidade ativa .....	419
4.3.5	Ônus decorrentes de sucumbência e pagamento de verbas honorárias .....	420
4.4	A dissolução parcial como procedimento especial no novo Código de Processo Civil .....	421
4.4.1	Objeto.....	422
4.4.2	Legitimidade ativa: sujeitos e condições .....	424
4.4.3	Legitimidade passiva.....	426
4.4.4	Procedimento.....	427
4.4.5	Apuração de haveres .....	429
4.5	Conclusões .....	432
	Referências .....	433

	<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	437
--	-------------------------------	-----